

Diálogo ajuda a administrar dificuldades

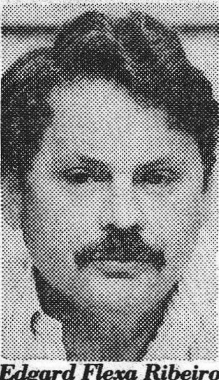
Os pais de alunos são capazes de ajudar na administração das escolas? Para a maioria dos donos de colégios, não. Mas, na prática, vários exemplos concretos mostram êxito na livre negociação entre essas duas partes. Alguns acordos são antigos, como o do Colégio Teresiano, na Gávea, que aconteceu depois do Plano Cruzado, quando dois ex-diretores da Dívida Pública criaram uma comissão de pais, analisaram as contas da escola, e numa decisão conjunta que instituiu doações espontâneas, impediram o fechamento de suas portas. Mas recente foi a negociação entre pais e alunos do colégio Canarinhos Camaiores, no Leblon, elogiada por carta pelo ministro da Educação, Carlos Chiarelli.

Em setembro, alegando a necessidade de cobrir um déficit passado, a escola lançou três cotas extras, no valor médio de Cr\$ 10.000 cada, a serem pagas em setembro, outubro e novembro, além da mensalidade de pouco mais de Cr\$ 4.000. Insatisfeitos, os pais, liderados pelo gerente do escritório da Construtora Odebretch no Rio, o advogado José Geraldo Rocha, formaram uma comissão para dialogar com a escola.

Segundo José Geraldo Rocha, o início da aproximação foi a fase mais difícil, já que tanto a escola quanto os pais de alunos ofereciam resistência ao diálogo. "Com diplomacia, educação e consciência de que os colégios particulares não são uma sociedade filantrópica, obtivemos autorização da própria escola para constituirmos nossa associação de pais, registrada no dia 4 de outubro. O sucesso das discussões iniciais fez com que, juntos, resolvéssemos adotar o bom senso como nosso indexador", conta Rocha. A direção do Canarinhos alegava um déficit passado de Cr\$ 15 milhões, mas abriu mão deste prejuízo para resolver os problemas de caixa mais urgentes.

Acesso — A associação de pais teve acesso a planilha de custo da escola e sugeriu que, pelo menos nos dois últimos meses do ano, ela abrisse mão do lucro de 10% e do recebimento do aluguel do imóvel. Feitos os cálculos de custos efetivos para os meses de novembro e dezembro, a conta foi rateada entre os 750 alunos, o que fez com que a mensalidade passasse para Cr\$ 6.146,55. Foi ainda acertada uma cota extra correspondente a 50% do 13º salário e férias dos funcionários, no valor de Cr\$ 2.564,19, com vencimento em meados de novembro e outra dos 50% restantes mais os 33% de adicional de férias, no valor de Cr\$ 4.256,55 para dezembro.

Ainda naquele mês, os pais desembolsaram mais Cr\$ 5.215,36 para cobrir o acordo coletivo



Edgard Flexa Ribeiro

que deu aos professores aumento salarial de 50%. A matrícula foi fixada em Cr\$ 10.000 para todos os pais, valor que será descontado da mensalidade de janeiro, a ser estabelecida hoje em reunião entre escola e associação de pais, quando se pretende reintroduzir no cálculo o lucro de 10% e o aluguel do imóvel, além de aperfeiçoamento do ensino. Para Rocha, o acordo reduziu o desembolso dos pais à metade da proposta original do colégio. "É preciso instalar a confiança recíproca, desarmando-se os espíritos", diz Rocha.

Outro colégio que fechou o ano comemorando um acordo com os pais de seus alunos foi o Andrews. Assim como as demais escolas, o Andrews adotara um contrato — enviado aos pais em novembro —, no qual propunha a reserva de matrícula a preços que variavam de Cr\$ 20.000 a Cr\$ 25.000. Este valor seria corrigido bimestralmente pela variação do IPC e os aumentos de salários dos professores repassados no que excedessem a correção monetária em abril, um mês depois do pagamento do primeiro salário depois do dissídio da categoria.

Insatisfeitos com o aumento médio de 200% em relação à mensalidade de novembro, os pais organizaram uma associação, elegeram uma comissão, e procuraram a direção do colégio, que aceitou mostrar os números e negociar. Resultado: o valor da matrícula da primeira fase do curso primário baixou de Cr\$ 20.000 para Cr\$ 14.000 e a do segundo grau, de uma média de Cr\$ 25.000 para Cr\$ 18.000. Além disso, ficou acertado que o valor inicial da mensalidade será corrigido trimestralmente pelo repasse de 30% da variação do BTN. Foi acertado ainda que 70% do reajuste dos salários dos professores também será repassado para a mensalidade, independente da época em que for concedido.

Para Edgard Flexa Ribeiro, diretor do Andrews, estava óbvio que as relações entre escolas particulares e pais de alunos estavam desorganizadas desde o Plano Cruzado. "Tanto as mensalidades escolares quanto os aluguéis residenciais ficam defasados após os planos econômicos."